

INSTITUIÇÃO
ESCOLAR NA
DIVERSIDADE

POLÍTICAS,
FORMAÇÃO
E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS

Editora Executiva

Profa. Dra. Maria de Lourdes Pinto de Almeida – Uniplac/Unicamp

Conselho Editorial Educação Nacional

Prof. Dr. Afrânio Mendes Catani – USP

Prof. Dra. Aníta Helena Schlesener – UFPR/UTP

Profa. Dra. Elisabete Monteiro de Aguiar Pereira – Unicamp

Prof. Dr. João dos Reis da Silva Junior – UFSCar

Prof. Dr. José Camilo dos Santos Filho – Unicamp

Prof. Dr. Lindomar Boneti – PUC / PR

Prof. Dr. Lucidio Bianchetti – UFSC

Profa. Dra. Dirce Djanira Pacheco Zan – Unicamp

Profa. Dra. Maria Eugénia Montes Castanho – PUC / Campinas

Profa. Dra. Maria Helena Salgado Bagnato – Unicamp

Profa. Dra. Margarita Victoria Rodríguez – UFMS

Profa. Dra. Marilane Wolf Paim – UFFS

Profa. Dra. Maria do Amparo Borges Ferro – UFPI

Prof. Dr. Renato Dagnino – Unicamp

Prof. Dr. Sidney Reinaldo da Silva – UTP / IFPR

Profa. Dra. Vera Jacob – UFPA

Conselho Editorial Educação Internacional

Prof. Dr. Adrian Ascolani – Universidad Nacional do Rosário

Prof. Dr. Antonio Bolívar – Facultad de Ciencias de la Educación/Granada

Prof. Dr. Antonio Cachapuz – Universidade de Aviero

Prof. Dr. Antonio Teodoro – Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias

Prof. Dr. César Tello – Universidad Nacional de Tres de Febrero

Profa. Dra. Maria del Carmen L. López – Facultad de Ciencias de La Educación/Granada

Profa. Dra. Fatima Antunes – Universidade do Minho

Profa. Dra. María Rosa Misuraca – Universidad Nacional de Luján

Profa. Dra. Silvina Larripa – Universidad Nacional de La Plata

Profa. Dra. Silvina Gvirtz – Universidad Nacional de La Plata



ESTA OBRA FOI IMPRESSA EM PAPEL RECICLADO 75% PRÉ-CONSUMO, 25 % PÓS-CONSUMO, A PARTIR DE IMPRESSÕES E TIRAGENS SUSTENTÁVEIS. CUMPRIMOS NOSSO PAPEL NA EDUCAÇÃO E NA PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE.

Jefferson Carriello do Carmo
Marta Regina Brostolin
Neimar Machado de Souza
(organizadores)

INSTITUIÇÃO
ESCOLAR NA
DIVERSIDADE

POLÍTICAS,
FORMAÇÃO
E PRÁTICAS
PEDAGÓGICAS



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Instituição escolar na diversidade : políticas, formação e práticas pedagógicas / Jefferson Carriello do Carmo, Marta Regina Brostolin, Neimar Machado de Souza (organizadores). – Campinas, SP : Mercado de Letras, 2014. – (*Série Educação Geral, Educação Superior e Formação Continuada do Educador*)

Vários autores.

Bibliografia.

ISBN 978-85-7891-321-5

1. Educação – Brasil 2. Gestão educacional 3. Política educacional 4. Políticas públicas 5. Prática pedagógica 6. Professores – Formação profissional I. Carmo, Jefferson Carriello do. II. Brostolin, Marta Regina. III. Souza, Neimar Machado de. IV. Série.

14-05379

CDD-370.71

Índices para catálogo sistemático:

1. Educação e diversidade : Professores :
Formação profissional : Educação 370.71

Apoio: Prosup/Capes

capa e gerência editorial: Vande Rotta Gomide
preparação dos originais: Editora Mercado de Letras

DIREITOS RESERVADOS PARA A LÍNGUA PORTUGUESA:

© MERCADO DE LETRAS®

V.R. GOMIDE ME

Rua João da Cruz e Souza, 53

Telefax: (19) 3241-7514 – CEP 13070-116

Campinas SP Brasil

www.mercado-de-letras.com.br

livros@mercado-de-letras.com.br

1ª edição

JUNHO/2014

IMPRESSÃO DIGITAL

IMPRESSO NO BRASIL

Esta obra está protegida pela Lei 9610/98.
É proibida sua reprodução parcial ou total
sem a autorização prévia do Editor. O infrator
estará sujeito às penalidades previstas na Lei.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
<i>Jefferson Carriello do Carmo, Marta Regina Brostolin e Neimar Machado de Souza</i>	

capítulo 1	
A CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIOS APROPRIADOS PARA ESCOLAS: HISTÓRIA E PROBLEMAS	15
<i>Ester Buffa e Gelson de Almeida Pinto</i>	

capítulo 2	
A INSTITUIÇÃO DE EDUCAÇÃO INFANTIL: IMPLICAÇÕES E DESAFIOS A PARTIR DA INSERÇÃO NO SISTEMA DE ENSINO BRASILEIRO	29
<i>Marta Regina Brostolin e Mariete Felix Rosa</i>	

capítulo 3	
A REORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DO ENSINO FUNDAMENTAL DE NOVE ANOS: REFLEXÕES A PARTIR DA ESCOLA	55
<i>Kelcia Rezende de Souza e Elisangela Alves da Silva Scaff</i>	

capítulo 4	
INFÂNCIA E FRONTEIRA: CRIANÇAS BOLIVIANAS E BRASILEIRAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL	75
<i>Anamaria Santana da Silva e Tammi Flávie Peres Borges de Souza</i>	

capítulo 5	
ESCOLA NORMAL MUNICIPAL DE SOROCABA:	
IDEIAS E RAÍZES	101
<i>Vania Regina Boschetti e Wilson Sandano</i>	
capítulo 6	
CATEQUESE E ESCOLA PARA COLONIZAR	
OS ÍNDIOS ITATIM	125
<i>Neimar Machado de Souza</i>	
capítulo 7	
EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE:	
A DESIGUALDADE ÉTNICO-RACIAL NO COTIDIANO	
ESCOLAR EM MATO GROSSO DO SUL	147
<i>Léia Teixeira Lacerda, Maria José de Jesus Alves Cordeiro e</i>	
<i>Maria Leda Pinto</i>	
capítulo 8	
AS POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO PRODUTIVO	
NO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL: IMPASSES E	
DESAFIOS PARA A ESCOLA DE EDUCAÇÃO	
PROFISSIONAL TÉCNICA DE ENSINO MÉDIO	181
<i>Jefferson Carriello do Carmo</i>	
capítulo 9	
EXPERIÊNCIA COLETIVA: A FORÇA POLÍTICA DA	
NARRATIVA SOBREVIVE NO PANTANAL	
MATO-GROSSENSE	217
<i>Maritza Maciel Castrillon Maldonado</i>	
SOBRE OS AUTORES.	243

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne pesquisas de diferentes autores que procuram discutir as instituições escolares nas suas variações e significados. Segundo Saviani (2007, p.7) essas variações e significados devem ser considerados sob três aspectos: sua história, sua historiografia e suas práticas. Essa distinção embora formal, “corresponde ao caminho que o ser humano percorre para apreender a realidade e a reproduzir no plano do conhecimento”. Este percurso evidenciado pela prática quando investigado no âmbito da historiografia revela várias noções que precisam ser enfrentadas, dentre elas, destaca Saviani (2007, p. 8), a noção de “cultura escolar ou cultura da escola”, que recorrentemente aparece como correlato do conceito de “prática escolar”, mas que deve ser pensada à luz das categorias escolhidas e das análises visando aproximar o objeto de pesquisa e do conhecimento a ser construído.

No caso dos estudos apresentados pelos autores, eles trazem no seu bojo, como salienta Saviani (2007) a admissão da existência dessas instituições. Por serem duráveis, elas tem uma história que é necessário conhecer, porém, as análises devem reconhecer as instituições escolares no âmbito da sociedade de classes, cujo aprofundamento, ocorre pela divisão social do trabalho. Para Saviani (2007, p. 5):

[...] as instituições são criadas para satisfazer determinadas necessidades humanas, isto significa que elas não se constituem como algo pronto e acabado que, uma vez produzida, se manifesta como um objeto que subsiste à ação da qual resultou, mesmo após já concluída e extinta a atividade que a gerou. Não. Para satisfazer as necessidades humanas, as instituições são criadas como unidades de ação. Constituem-se, pois, como um sistema de práticas com seus agentes e com os meios e instrumentos por eles operados tendo em vista as finalidades por elas perseguidas.

Nesta perspectiva, o livro foi organizado em dez capítulos tendo por fio condutor a instituição escolar em contextos diversos, textos estes resultantes de pesquisas que discutem políticas, formação e práticas pedagógicas.

O primeiro capítulo, “A construção de edifícios apropriados para escolas: história e problemas”, de Ester Buffa, pedagoga, e Gelson de Almeida Pinto, um arquiteto que, há tempos, dedicam-se aos estudos do espaço escolar, dos edifícios escolares, procuram retratar as pesquisas que realizaram sobre o tema, considerando escolas dos diferentes níveis – da educação infantil às universidades – mostrando a evolução destes espaços e da própria educação relacionando-os com a sociedade. Deixam claro como o espaço escolar não é neutro, isto é, não é apenas um lugar, uma estrutura onde se desenvolve o processo educativo, mas ele próprio desempenha um importante papel neste processo que historicamente sempre sofreu transformações, agora, cada vez mais céleres.

O texto “A instituição de educação infantil: implicações e desafios a partir da inserção no sistema de ensino brasileiro” de Marta Regina Brostolin e Mariete Felix Rosa analisa a Educação Infantil, na perspectiva do direito a educação das crianças de zero até cinco anos de idade, evidenciando as implicações e desafios que se apresentam quando esta etapa da educação básica passa a

compor o sistema de ensino brasileiro. Neste intuito, as autoras propõem, em primeiro momento, discutir a educação infantil no Brasil, revisitando a história deste atendimento, a legislação e as políticas que evidenciam o direito à educação das crianças pequenas em instituições educativas.

No segundo momento, o foco volta-se para a criança, sujeito de direitos e a obrigatoriedade da Educação Infantil no sistema de ensino brasileiro. Discutir uma educação realizada numa concepção de criança enquanto um sujeito de direitos aponta também, para a discussão da EC/59/2009 e as suas implicações no processo de implementação da obrigatoriedade para crianças de 4 a 5 anos de idade considerando que a educação da criança pequena enquanto direito, deve estar pautada em instituições de educação infantil que excluem a dicotomização histórica entre educação e cuidado e aqueles que a realizam, assim, faz-se necessário não perder de vista a responsabilidade e o papel dos professores que ali devem desenvolver sua prática pedagógica.

“A reorganização pedagógica do ensino fundamental de nove anos: reflexões a partir da escola”, terceiro capítulo, de Kelcia Rezende de Souza e Elisangela Alves da Silva Scaff parte da premissa que a reorganização pedagógica da escola de nove anos pressupõe o desenvolvimento de ações que devem ser previstas na reformulação dos seus respectivos Projetos Político Pedagógicos. Assim, o texto visa responder à seguinte questão: os Projetos Político Pedagógicos das instituições de ensino expressam a reorganização pedagógica do Ensino Fundamental de nove anos? A resposta a essa questão foi pesquisada em duas escolas da rede municipal de Dourados/MS, por meio de análise documental e entrevistas com coordenadores pedagógicos e professores das escolas selecionadas, além de profissionais da Secretaria Municipal de Educação de Dourados, MS. No percurso do estudo as autoras inferem que as alterações das práticas pedagógicas das escolas investigadas, considerando o

ensino fundamental ampliado, não foram expressas nos seus respectivos projetos político pedagógicos.

O texto “Infância e fronteira: crianças bolivianas e brasileiras na educação infantil”, de Anamaria Santana da Silva e Tammi Flávie Peres Borges de Souza, discute dados de uma pesquisa, cujo objetivo foi conhecer o cotidiano de crianças bolivianas que estudam num Centro de Educação Infantil brasileiro, na cidade de fronteira, Corumbá-MS. A pesquisa realizada a partir de observações procurou investigar como ocorre o processo de interação entre as crianças bolivianas e os seus pares e com as crianças e professores brasileiros, grupo constituído por diferentes nacionalidades.

Os dados empíricos levantados foram discutidos à luz do conceito de fronteira e da sociologia da infância. As observações realizadas, bem como a análise dos dados permitiram as autoras afirmarem que as relações/interações ocorridas entre as crianças bolivianas e os professores e crianças brasileiros são principalmente definidas e guiadas pela linguagem oral e que as diferenças linguísticas são a principal dificuldade ou entrave nas relações que estes sujeitos estabelecem cotidianamente. No entanto, foi percebido que durante as interações com seus pares, as crianças bolivianas aprendem aos poucos o sentido das palavras em português, e assim, vão tentando se integrar no grupo, demonstrando também suas necessidades, seus desejos, suas peculiaridades.

O texto “Escola Normal Municipal de Sorocaba: ideias e raízes”, quinto capítulo, de Vania Regina Boschetti e Wilson Sandano, considera, a partir de uma breve retrospectiva, as características da formação de professores no Brasil do final do império às primeiras décadas da República. Evidencia que a cidade de Sorocaba – SP passou pelos mesmos percalços que caracterizaram a implantação das instituições escolares no Brasil. Particularmente, no caso da Escola Normal Municipal,

mostra como foi preciso a derrota política de fortes segmentos locais insensíveis às reivindicações educacionais, para que ela se tornasse uma realidade efetiva.

“Catequese e escola para colonizar os índios Itatim”, sexto capítulo, de Neimar Machado de Souza analisa as razões da chegada da escola e dos jesuítas no Itatim (1631-1659). Passa pela história da Companhia de Jesus dentro do contexto de expansão comercial europeia e das fronteiras da fé. Tal processo foi marcado pelo ímpeto colonial de mudar os costumes tupi-guarani por meio da educação concebida enquanto catequese, viabilizar economicamente os *pueblos* coloniais e, evidentemente, converter ao catolicismo os pagãos do Novo Mundo ao mesmo tempo em que tiveram reduzidos seus territórios e foram utilizados como mão de obra mediante o sistema de encomenda.

O caminho metodológico dessa análise passa pela contextualização das estratégias educativas dos jesuítas, compiladas no *Ratio Studiorum* (1599), no Concílio de Trento e na sua adaptação, no vice-reino do Peru, especialmente nos catecismos em línguas indígenas escritos após os Concílios de Lima (1583) e do Sínodo de Assunção (1603). Estas iniciativas coloniais por parte da igreja católica produziram diversas orientações para o trabalho com os indígenas e a sua redução (*reduciret*) à vida “civilizada” no interior dos estabelecimentos missionários na região de Assunção, Tucumán e Lima, entre eles, o Itatim. Os resultados desse estudo indicam o caráter intolerante e monológico da conquista em razão do contexto social e histórico de missionário-professores que atuaram entre os Itatim.

O texto “Educação para a diversidade: a desigualdade étnico-racial no cotidiano escolar em Mato Grosso do Sul” de Léia Teixeira Lacerda, Maria José de Jesus Alves Cordeiro e Maria Leda Pinto tem por objetivo apresentar uma análise discursiva

das concepções dos primeiros acadêmicos negros e indígenas cotistas, da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, sobre o seu processo de formação acadêmica, no que diz respeito ao enfrentamento das desigualdades de raça e etnia no cotidiano escolar, bem como sobre a prática educativa dos professores da Educação Básica que participaram do *Curso de Aperfeiçoamento Educação para a Diversidade em Mato Grosso do Sul, Brasil* (Lacerda e Pinto, 2011). Para tanto, foram analisados os dados levantados nos estudos desenvolvidos na pesquisa “Negros e Indígenas Cotistas da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul: desempenho acadêmico do ingresso à conclusão de curso”, de (Cordeiro, 2008) sobre a implantação do sistema de cotas na UEMS e no registro dos debates propostos nos Fóruns do Curso de Aperfeiçoamento, tendo como fundamentação teórica os estudiosos da Análise do Discurso, da Educação e da História da Educação.

A análise revela que a entrada de negros e indígenas no Ensino Superior pelo Sistema de Cotas exige das universidades um posicionamento que oportunize mudanças no contexto acadêmico, na relação pedagógica, bem como na estruturação do processo educativo. Em relação à atuação dos professores na Educação Básica, evidenciado no registro dos Fóruns foi possível perceber a importância e a contribuição da escola e desses educadores, para uma sociedade inclusiva, livre de preconceitos e da desigualdade social.

O oitavo capítulo, “As políticas de desenvolvimento produtivo no Estado de Mato Grosso do Sul: impasses e desafios para a escola de educação profissional técnica de Ensino Médio” de Jefferson Carriello do Carmo analisa no estado de Mato Grosso do Sul os encaminhamentos das políticas de desenvolvimento produtivo no setor industrial e a sua relação com as políticas de educação para o trabalho, como também, os impasses e os

desafios para educação profissional técnica de ensino médio no estado.

O ponto de partida da análise são as transformações a partir da primeira metade dos anos de 1980, quando as políticas de desenvolvimento econômico e produtivo, em consonância, com a agenda internacional, começam a ser implementadas, no estado de Mato Grosso do Sul vindo consolidar-se nos anos posteriores de 1990. Essas transformações na esfera produtiva e nas novas formas de organização do trabalho começam no Brasil no início da década de 1980, trazendo para o mundo do trabalho algumas mudanças, tais como: a flexibilização do processo de produção que passa a dar uma nova forma para o trabalho e exigindo um novo tipo de trabalhador em que os saberes subjetivos passam a ser mais valorizados. Nesse período, o processo de produção traz as marcas palpáveis das mudanças técnico-científica desencadeando desafios para a educação brasileira, em especial, para a escola de ensino médio profissional.

O último texto “Experiência coletiva: a força política da narrativa sobrevive no pantanal mato-grossense” de Maritza Maciel Castrillon Maldonado tem por objetivo apresentar a concepção de experiência na modernidade a partir de alegorias constituídas pelo filósofo alemão Walter Benjamin. Busca demonstrar como a morte da narrativa culmina com o desaparecimento da experiência coletiva (*Erfahrung*) e, de modo imanente, faz emergir a experiência individual (*Erlebnis*). Narra acontecimentos vividos em um ano de pesquisa junto a crianças ribeirinhas que moram na Campina, região localizada à margem esquerda do rio Paraguai, na cidade de Cáceres, pantanal mato-grossense.

O objetivo é demonstrar que a experiência vivenciada naquela comunidade tradicional se inscreve em uma temporalidade comum a várias gerações, em que a transmissão da palavra, a narrativa, ainda sobrevive. Para a realização dessa

tarefa, inicialmente, analisa-se o conto de Guimarães Rosa “As margens da alegria” à luz de alegorias constituídas por Walter Benjamin. Traça-se o caminho teórico-metodológico por meio de narrativas daquela comunidade ribeirinha como aposta política da pesquisa.

É com base na experiência de um ano convivendo com as crianças da Campina, conversando, observando, brincando, anotando, gravando, ouvindo, aprendendo, fotografando, cartografando, que a autora traz as narrativas como possibilidade real de experiências coletivas no mundo atual, experiências demonstradas com acuidade por Benjamin como impossíveis na modernidade (Gagnebin 1999). Se ainda são possíveis na sociedade atual, necessário se faz demonstrá-las. E, se são possíveis, é também necessário pensar na qualidade e nas condições dessa possibilidade. A própria existência dessa experiência pode ser entendida como uma constatação do fosso que existe entre o discurso veiculado pela educação escolar e a realidade dos alunos que lá habitam.

Por fim, a obra apresentada acima que enfoca a instituição escolar na diversidade destina-se a um público diversificado, no qual incluímos pesquisadores, pós-graduandos, graduandos e professores que pesquisam e estudam educação nos diferentes níveis e modalidades. Esperamos que a leitura contribua para ampliar conhecimentos e enriqueça as reflexões e discussões sobre as temáticas abordadas.

Jefferson Carriello do Carmo

Marta Regina Brostolin

Neimar Machado de Souza